



**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul**

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL  
AGÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA**

**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

**AVES MATRIZES E POEDEIRAS  
Descarte e aproveitamento econômico em Santa Catarina**



**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE**

- DIRETOR-PRESIDENTE: ➤ LÉLIO MIGUEL ANTUNES DE SOUZA
- VICE-PRESIDENTE E DIRETOR DE OPERAÇÕES: ➤ CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO
- DIRETOR FINANCEIRO: ➤ AMADEU LUIZ DE MIO GEARA
- DIRETOR ADMINISTRATIVO: ➤ GEOVAH JOSÉ DE FREITAS AMARANTE
- DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS: ➤ CASILDO JOÃO MALDANER
- DIRETOR DE PLANEJAMENTO: ➤ GERMANO MOSTARDEIRO BONOW
- SUPERINTENDENTE AGFLO ➤ DÁRIO BUZZI

**Elaboração:**

Francisco Melo de Aquino – Economista - GEPLA

**Coordenação:**

Dr. Nelson Casarotto Filho – Gerente de Planejamento

**Apoio Técnico:**

Camila Santos Silva – Estagiária

B213a

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.  
Agência de Florianópolis. Gerência de Planejamento.

Aves matrizes e poedeiras: descarte e aproveitamento econômico em Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 2005. 28 p.

I. Aquino, Francisco Melo de. II. Título. III Avicultura. IV. Aves de Descarte V. Aves Matrizes. VI. Poedeiras. VII. Santa Catarina

CDU 636.68(816.4)



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Embrapa Suínos e Aves.

Ao abatedouro Supremo Ltda., situado no município de Orleans - SC, representado por Jorge Dagostim e Renato Ascari.



## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	II
SUMÁRIO .....	III
LISTA DE TABELAS .....	IV
INTRODUÇÃO.....	2
1 AVES DE DESCARTE .....	4
1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CRIAÇÃO .....	4
1.1.1 De aves matrizes .....	4
1.1.2 De aves poedeiras .....	4
1.2 ALOJAMENTO CATARINENSE DE AVES DE DESCARTE .....	5
1.2.1 Evolução recente do alojamento de matrizes de descarte .....	5
1.2.2 Plantel atual de aves poedeiras.....	5
2 DESCARTE DE AVES EM SANTA CATARINA .....	6
2.1 ESTIMATIVAS DE DESCARTE .....	6
2.1.1 De matrizes .....	6
2.1.2 De poedeiras.....	6
2.1.3 De matrizes e poedeiras.....	6
2.2 INTERVALOS DE VARIAÇÕES NOS PREÇOS DAS AVES DE DESCARTE VIVAS.....	7
2.3 CONSULTA AS PRINCIPAIS FONTES DE AVES MATRIZES DE DESCARTE .....	7
3 APROVEITAMENTO ECONÔMICO .....	10
3.1 DAS MATRIZES DE DESCARTE.....	10
3.1.1 Preço da carne de ave matriz in natura.....	10
3.2 DAS POEDEIRAS DE DESCARTE .....	10
3.3 PRINCIPAIS FRIGORÍFICOS CATARINENSES QUE TAMBÉM ABATEM AVES DE DESCARTE.....	10
CONCLUSÕES .....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13
ANEXO A – PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AVICULTURA BRASILEIRA ...	14



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução mensal do alojamento de matrizes de pinto de corte em Santa Catarina...5
Tabela 2 – Estimativa de descarte de matrizes de pinto de corte em Santa Catarina .....6
Tabela 3 – Síntese dos descartes de aves matrizes das empresas consultadas .....9
Tabela 4 – Pequenos abatedouros, inclusive, de aves descarte da região sul catarinense.....10



## INTRODUÇÃO

A expectativa de implementação do Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura Brasileira (ver Anexo A), vem proporcionando potenciais oportunidades de negócios no segmento de industrialização de aves de descarte, principalmente de matrizes<sup>1</sup> de pinto de corte e, ao mesmo tempo, exigindo respostas para os seguintes questionamentos: 1) quantas aves matrizes são descartadas periodicamente em Santa Catarina e quem são seus principais abatedores?; 2) a quantidade de aves matrizes descartadas no Estado é suficiente para abastecer os abatedores existentes e suprir a necessidade de matéria-prima dos projetos de industrialização de aves, inclusive de matrizes, recentemente encaminhados ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)?

Para responder estas questões elaborou-se esta Nota Técnica, cujos objetivos específicos são:

- 1) caracterizar os sistemas de criação de aves de descarte e denotar a evolução recente do alojamento de matrizes de pinto de corte em Santa Catarina;
- 2) estimar o potencial de descarte anual e mensal de aves matrizes e de poedeiras no Estado, e verificar os intervalos de variações de seus respectivos preços;
- 3) identificar as quantidades aproximadas de aves matrizes descartadas anualmente pelas principais empresas avícolas catarinenses e sondar o destino dessas aves atualmente;
- 4) verificar o aproveitamento econômico das matrizes e das poedeiras de descarte e identificar os principais frigoríficos que abatem essas aves em Santa Catarina.

Já que não existem estatísticas sobre as aves de descarte, teve-se que realizar estimativas a partir dos índices de alojamento de matrizes de pinto de corte e de galinhas poedeiras, divulgados pela União Brasileira de Avicultura (UBA).

Com base nos pressupostos de que na criação de aves matrizes é comum à prática de alojamento *al-in al-out*<sup>2</sup> (todos dentro todos fora), na duração das fases de cria e recria e de produção, nos respectivos índices de mortalidade de aves e, supondo-se que não seja realizada de muda forçada<sup>3</sup>, foram calculadas as quantidades de descarte anual e mensal de aves matrizes em Santa Catarina.

Com o propósito, inclusive, de consistir as referidas estimativas foram consultados responsáveis pelos alojamentos de matrizes das principais empresas avícolas do

<sup>1</sup> O termo matrizes é restrito aos alojamentos de aves que produzem ovos férteis, isto é, onde há a presença de galos e de galinhas. De acordo com a Embrapa Suínos e Aves (2003), as matrizes são os híbridos resultantes do cruzamento de avós. Do acasalamento das bisavós dentro da linha gera-se os galos nas linhas de machos e as galinhas nas linhas de fêmeas que serão os pais das matrizes e, portanto, chamados de avós.

<sup>2</sup> Sistema em que as instalações do aviário são ocupadas por aves do mesmo lote no momento do alojamento e desocupadas totalmente no momento do abate.

<sup>3</sup> No final do primeiro ciclo de produção do lote de aves matrizes, caso o avicultor tenha dificuldade de realizar reposição destas aves, pode conduzi-las a uma muda forçada, mantendo-as em repouso por cerca de 60 dias com restrição alimentar.



Estado, dos quais obteve-se, entre outras informações, a quantidade aproximada de aves matrizes descartadas anualmente.

Assim, a elaboração desta Nota Técnica baseou-se na pesquisa em *sites* especializados e, principalmente, nas entrevistas com representantes de grandes empresas avícolas e de pequenos abatedouros de aves do sul do Estado.

Também foram consultados técnicos da Embrapa Suínos e Aves, da União Brasileira de Avicultura (UBA), da Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte (Apinco), e da Associação Catarinense de Avicultura (Acav), a única que até o momento não se manifestou sobre a solicitação do BRDE.

O trabalho está estruturado nos seguintes tópicos principais:

- 1) Aves de descarte: caracterização dos sistemas de criação de aves matrizes e de poedeiras; alojamento catarinense de aves de descarte e evolução recente do alojamento de matrizes de corte.
- 2) Descarte de aves em Santa Catarina: estimativas de descarte de matrizes e de poedeiras; intervalos de variações nos preços das aves de descarte; e consulta as principais fontes de aves matrizes.
- 3) Aproveitamento econômico das matrizes e das poedeiras de descarte; e identificação de pequenos frigoríficos catarinenses que também abatem aves de descarte.

Em virtude da pequena participação das avós e bisavós no total de aves descartadas, não se fez referência direta a essas aves.



## 1 AVES DE DESCARTE

As aves de descarte são provenientes das granjas produtoras de ovos (poedeiras de descarte) e, principalmente, dos alojamentos do sistema de produção de frangos de corte (descarte de aves matrizes).

### 1.1 Caracterização dos sistemas de criação

Os sistemas de criação de aves matrizes e de galinhas poedeiras se diferenciam, principalmente, pela relação macho-fêmea e pela duração das fases de cria e recria e de produção.

#### 1.1.1 De aves matrizes

A criação de aves matrizes caracteriza-se basicamente pela presença de aves machos e fêmeas no alojamento. Segundo a Embrapa Suínos e Aves, a participação de aves machos, até o início da fase de produção é de 15% do número de fêmeas do alojamento, reduzindo para mais ou menos 12% de machos após o acasalamento.

A fase de cria e recria das matrizes inicia após o seu nascimento e se estende até a 26ª semana de idade (por volta do 6º mês), quando as aves começam a botar os primeiros ovos. Nesta fase, segundo técnicos do setor, morrem pelo menos 3% das aves matrizes alojadas.

Ao surgirem os primeiros ovos inicia a fase de produção, que se estende por cerca de 40 semanas (mais ou menos 10 meses), ao final da qual (por volta da 66ª semana de idade) as aves devem ser descartadas ou sofrerem um processo de muda forçada. Na fase de produção, a mortalidade pode atingir mais de 5% das aves matrizes alojadas.

No final da fase de produção as aves matrizes fêmeas pesam entre 3,5kg e 4,5kg e as machos atingem até 6,5kg.

#### 1.1.2 De aves poedeiras

A criação de poedeiras se caracteriza basicamente pela inexistência de aves machos no alojamento, pela precocidade das primeiras posturas e pelo maior período de produção.

De acordo com a Embrapa Suínos e Aves, o período de cria e recria das poedeiras finaliza por volta da 19ª semana de idade, quando inicia a fase de produção que se estende por mais ou menos 64 semanas (cerca de 15 meses). Estima-se que na fase de cria e recria morrem no mínimo 3% das aves alojadas e na fase de produção o índice de mortalidade de poedeiras pode variar entre 8% e 10%.

Mais ou menos com 85 semanas de idade, quando atinge peso de aproximadamente 2,3kg, a ave é descartada ou, se o preço do ovo no mercado está em alta, alguns avicultores conduzem a poedeira a muda forçada tornando-a produtiva, por pelo menos, mais meio ciclo.

## 1.2 Alojamento catarinense de aves de descarte

### 1.2.1 Evolução recente do alojamento de matrizes de descarte

De acordo com as estatísticas da União Brasileira de Avicultura (UBA), o Estado de Santa Catarina é o maior produtor nacional de matrizes de corte. Conforme Tabela 1, o alojamento catarinense de matrizes de corte evoluiu de 6,495 milhões de cabeças, em 2003, para 7,161 milhões de cabeças em 2004, atingindo neste ano a participação de 21,5% no plantel de matrizes de corte do Brasil (33,293 milhões de cabeças), seguido pelo Paraná (19,8%), São Paulo (16,4%) e pelo Rio Grande do Sul (15,9%).

**Tabela 1 – Evolução mensal do alojamento de matrizes de pinto de corte em Santa Catarina**

Mês	Ano		
	2003	2004	2005
Jan	563.514	538.571	563.691
Fev	544.720	538.179	644.557
Mar	517.680	498.268	529.945
Abr	656.873	701.529	593.676
Mai	576.633	605.220	632.696
Jun	425.927	579.588	631.654
Jul	496.646	652.229	433.420
Ago	702.510	661.274	702.518
Set	467.570	581.002	-
Out	630.468	641.975	-
Nov	584.709	594.526	-
Dez	327.840	568.954	-
<b>Soma</b>	<b>6.495.090</b>	<b>7.161.315</b>	<b>4.732.157</b>

Fonte: UBA

Para o ano de 2005, estima-se um crescimento de cerca de 7% em relação ao alojamento de 2004, podendo atingir 7,662 milhões de cabeças.

### 1.2.2 Plantel atual de aves poedeiras

Segundo a Embrapa Suínos e Aves, o plantel de galinhas poedeiras em Santa Catarina gira em torno de 1,7 milhão de cabeças.

## 2 DESCARTE DE AVES EM SANTA CATARINA

### 2.1 Estimativas de descarte

#### 2.1.1 De matrizes

Com base na série mensal de alojamentos de pinto de corte, constante na Tabela 1, nos prazos das fases de cria e recria e de produção e nos respectivos índices de mortalidade de aves matrizes mencionados anteriormente, calculou-se as estimativas de descarte constantes na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativa de descarte de matrizes de pinto de corte em Santa Catarina

Mês	Ano		
	2004	2005	2006
Jan	-	430.866	535.393
Fev	-	580.976	591.580
Mar	-	538.809	547.856
Abr	-	302.105	524.291
Mai	519.278	496.293	519.441
Jun	501.959	495.932	593.959
Jul	477.042	459.154	488.344
Ago	605.308	646.459	547.072
Set	531.367	557.710	583.029
Out	392.492	534.090	582.069
Nov	457.659	601.029	399.397
Dez	647.363	609.364	647.370
<b>Soma</b>	<b>4.132.470</b>	<b>6.252.788</b>	<b>6.559.803</b>
<b>Média</b>	<b>516.559</b>	<b>521.066</b>	<b>546.650</b>

De acordo com a Tabela 2, o descarte de aves matrizes em Santa Catarina será de aproximadamente 6,252 milhões de cabeças em 2005 (521 mil cabeças/mês). Para 2006, estima-se um descarte de 6,559 milhões de aves (546 mil cabeças/mês).

#### 2.1.2 De poedeiras

Com base no plantel de 1.707.159 cabeças de aves poedeiras, nos índices de mortalidade nas fases de cria e recria e de produção e, supondo-se que as poedeiras alojadas não sofram muda forçada, estima-se um potencial de descarte de 1,313 milhão de cabeças de poedeiras por ano no Estado, o que equivale à média mensal de 109 mil cabeças.

#### 2.1.3 De matrizes e poedeiras

Em termos totais, estima-se que há um potencial de descarte de 7,565 milhões de cabeças de aves no ano de 2005 (630 mil cabeças/mês), podendo atingir 7,872 milhões, em 2006 (656 mil cabeças/mês).



## 2.2 Intervalos de variações nos preços das aves de descarte vivas

Os preços pagos pelas matrizes de corte diferem significativamente dos pagos pelas poedeiras, principalmente pelas aves brancas. Isso se deve ao baixo peso de abate da ave poedeira, a baixa proporção de carne (por se tratar de ave geneticamente selecionada para a produção de ovos) e, também ao fato desta ave não ter boa aceitação para o consumo *in natura*, devido basicamente a textura rígida de sua carne.

A matriz de corte, por ter maior peso e boa aceitação para o consumo *in natura* é mais valorizada, principalmente no período de inverno.

Atualmente, os preços pagos pelas aves matrizes variam entre R\$ 0,70/kg e R\$ 0,80/kg. Já os preços pagos pelas poedeiras variam conforme a linhagem (caracterizada pela cor da ave): entre R\$ 0,35 e R\$ 0,45 por quilo de ave branca e, entre R\$ 0,60 e R\$ 0,70 por quilo de ave vermelha.

## 2.3 Consulta as principais fontes de aves matrizes de descarte

Considerando-se que as grandes empresas avícolas que descartam aves matrizes podem industrializá-las em seus próprios frigoríficos ou vendê-las para abatedouros de sua confiança, a informação de descarte potencial de aves é insuficiente, dada a possibilidade dessas aves já estarem sendo abatidas, inclusive, por abatedouros localizados dentro do Estado de Santa Catarina.

Para melhor compreender o que acontece com o descarte de aves matrizes em Santa Catarina, foram consultadas as maiores empresas avícolas do Estado e, alguns outros frigoríficos avícolas de menor porte, os quais informaram valores aproximados de descartes.

As maiores empresas avícolas consultadas foram:

### - Sadia S.A.

De acordo com o Supervisor de Aves e Suínos da Unidade de Faxinal dos Guedes, a Sadia descarta anualmente cerca de 1,2 milhão de aves matrizes fêmeas<sup>4</sup> (100 mil cabeças/mês) e mais ou menos 120 mil cabeças de matrizes machos (10 mil cabeças/mês), em Santa Catarina. Cerca de 50% das matrizes de descarte são provenientes da unidade de Concórdia e, o restante, de Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Irani, Ponte Serrada e Passos Maia.

Atualmente, a empresa industrializa grande parte das matrizes fêmeas no frigorífico de Francisco Beltrão (PR). Os galos e alguns lotes de fêmeas são vendidos para abatedouros localizados no sul de Santa Catarina, principalmente para Avícola Passarela Ltda., localizada em Criciúma, que industrializa uma parte destas aves e revende o restante para outros, inclusive de aves de descarte, da região sul do Estado.

Com a implementação do Programa de Regionalização da Avicultura Brasileira, a Sadia terá que industrializar suas aves de descarte dentro do próprio Estado. Por isso tem interesse em estabelecer uma parceria com abatedouro especializado que industrialize suas matrizes e devolva a matéria-prima processada para a empresa, a qual se encarregará da comercialização.

<sup>4</sup> O volume de matrizes descartadas pela Sadia em Santa Catarina é pequeno. Sua produção de aves concentra-se no Sudoeste do Paraná (Toledo, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos).



▪ **Perdigão Agroindustrial S.A.**

Em Santa Catarina, a Perdigão descarta por ano cerca de 2,2 milhões de cabeças de aves matrizes fêmeas (183 mil cabeças/mês) e aproximadamente 220 mil cabeças de aves machos (18 mil cabeças/mês), sendo que mais ou menos 65% são provenientes de Herval d'Oeste, 35% da região de Videira e 5% de Içara.

Atualmente, a empresa industrializa praticamente todas as aves matrizes fêmeas e vende as machos para o Frigorífico Caverá Ltda., situado em Araranguá – SC. Às vezes, quando há excesso de descarte de matrizes fêmeas, a empresa vende parte dessas aves, inclusive, para a Avícola Passarela Ltda.

A Perdigão tem interesse que um abatedouro de aves matrizes se instale em Videira (SC), para industrializar suas aves, porém exige que a matéria-prima processada seja devolvida a empresa (como é feito com as suas matrizes de suínos), a qual se encarregará da comercialização. Há rumores de que esse projeto já está em andamento.

▪ **Seara Alimentos S.A.**

Em Santa Catarina, a Seara descarta, por ano, cerca de 1 milhão de aves matrizes fêmeas (83 mil cabeças/mês) e aproximadamente 100 mil galos (cerca de 8 mil cabeças/mês), as quais são provenientes das unidades de Seara, de Itapiranga e de Forquilha.

Atualmente, a empresa industrializa todas as aves de descarte fêmeas e vende apenas os galos, inclusive, para a Avícola Passarela Ltda.

A empresa tem interesse na implantação de abatedouro de aves matrizes e também exige que a matéria-prima processada seja devolvida a empresa, a qual se encarregará da comercialização.

▪ **Aurora – Cooperativa Central Oeste Catarinense**

Em Santa Catarina, a Aurora descarta, por ano, cerca de 480 mil aves matrizes fêmeas (40 mil cabeças/mês) e aproximadamente 48 mil galos (cerca de 4 mil cabeças/mês), sendo que 60% das aves de descarte são provenientes da unidade de Chapecó, 25% de Guatambu e o restante das unidades de Erechim, de Planalto Alegre e de Cunha Porã.

Atualmente, a empresa industrializa todas as aves matrizes fêmeas e vende apenas os galos, para abatedouros do sul catarinense.

▪ **Avícola Catarinense Ltda.**

A Avícola Catarinense, sediada em Orleans, descarta anualmente cerca de 194 mil aves matrizes fêmeas (16.167 cabeças/mês) e cerca de 21 mil galos (1.750 cabeças/mês).

As matrizes são todas vendidas para pequenos frigoríficos do sul do Estado, inclusive, Abatedouro Supremo Ltda.

▪ **Macedo Koerich S.A.**

A Macedo, com sede em São José e granjas em Bom Retiro, descarta anualmente cerca de 160 mil aves matrizes fêmeas (13 mil cabeças/mês) e 16 mil galos (cerca de 1,3 mil cabeças/mês).

As matrizes de descarte são todas vendidas para o Frigorífico Caverá Ltda.

▪ **Agroavícola Vêneto Ltda.**

A Agroveneto, sediada em Nova Veneza, descarta anualmente cerca de 155 mil aves matrizes fêmeas (12.916 cabeças/mês) e 15,5 mil galos (1.292 cabeças/mês).

As matrizes de descarte são todas vendidas para o Abatedouro Supremo Ltda.

▪ **Outros**

Também foi consultada a Aves do Parque Ltda., sediada em Xanxerê, para sondar o volume de aves de descarte, mas ainda não se obteve a resposta.

**Tabela 3 – Síntese dos descartes de aves matrizes das empresas consultadas**

Empresa	Descarte de matrizes				Total anual (cabeças)	Total Mensal (cabeças)
	Fêmeas		Machos			
	Ano	Mês	Ano	Mês		
Sadia	1.200.000	100.000	120.000	10.000	1.320.000	110.000
Perdigão	2.200.000	183.333	220.000	18.333	2.420.000	201.667
Seara	1.000.000	83.333	100.000	8.333	1.100.000	91.667
Aurora	480.000	40.000	48.000	4.000	528.000	44.000
Avícola Catarinense	194.000	16.167	21.000	1.750	215.000	17.917
Macedo	160.000	13.333	16.000	1.333	176.000	14.667
Agroveneto	155.000	12.917	15.500	1.292	170.500	14.208
<b>Soma</b>	<b>5.389.000</b>	<b>449.083</b>	<b>540.500</b>	<b>45.042</b>	<b>5.929.500</b>	<b>494.125</b>

Confrontando-se a soma do total anual (5,929 milhões de cabeças) com o total da estimativa de descarte anual de matrizes de pinto de corte (6,252 milhões de cabeças) constante na Tabela 2, constata-se que a amostra é bastante representativa.

Com base nas declarações dos entrevistados, estima-se que dos 5,9 milhões de aves matrizes descartadas por ano, em Santa Catarina, 4,4 milhões de cabeças são industrializadas pelos próprios frigoríficos das quatro maiores empresas (Sadia, Perdigão, Seara e Aurora). Assim, apenas cerca de 25% (1,5 milhão de aves/ano ou 125 mil cabeças/mês) daquele total são vendidas para os pequenos abatedouros catarinenses, atualmente. As grandes empresas vendem para os pequenos abatedouros, basicamente, as matrizes machos, por serem mais difíceis de abater do que as aves fêmeas.

As grandes empresas avícolas, por questões estratégicas, preferem abater suas próprias aves matrizes fêmeas, mesmo sabendo da significativa queda de produtividade<sup>5</sup> que incorrem no processo de industrialização dessas aves.

<sup>5</sup> Os equipamentos dos abatedouros de frangos de corte são projetados para aves de 2,5kg a 3kg. Uma ave matriz fêmea pesa entre 3,5kg e 4,5kg e, um galo, pode atingir até 6,5kg.



### 3 APROVEITAMENTO ECONÔMICO

#### 3.1 Das matrizes de descarte

A maior parte das matrizes de descarte de Santa Catarina, são aproveitadas como matéria-prima para a elaboração de produtos cárneos. A Perdigão e a Sadia, por exemplo, utilizam praticamente todas as suas aves matrizes fêmeas para a produção de embutidos e de pratos pré-cozidos. Apenas uma pequena parte das aves fêmeas é embalada *in natura*.

Já os pequenos abatedouros, aproveitam as matrizes, principalmente, para a produção de carne *in natura*. Grande parte das aves matrizes abatidas em pequenos frigoríficos são embaladas *in natura* (carcaça inteira). Entretanto, alguns deles também realizam cortes separando a ave em partes: peito, coxa, sobre-coxa, asa e dorso. A ave matriz também pode ser picada, isto é, cortada em fatias de tamanho adequado para o cozimento e, suas víceras normalmente são embaladas como miúdos.

##### 3.1.1 Preço da carne de ave matriz *in natura*

As aves matrizes *in natura* geralmente são comercializadas com a denominação “galinha” na embalagem, por preços que variam entre R\$ 1,50/kg e R\$ 1,70/kg.

#### 3.2 Das poedeiras de descarte

Pesquisadores de diversos países têm buscado alternativas racionais para o descarte rentável das poedeiras. Segundo Kondaiah et al. (2002), as aplicações mais tradicionais das poedeiras são para o preparo de salgadinhos, enriquecimento de sopas e elaboração de ração para animais de estimação.

Quando a carne dessas aves é separada mecanicamente, a mesma pode ser utilizada na elaboração de embutidos. De acordo com Lai et al. (1991), a elaboração de salsichas é um tipo popular de embutido elaborado a partir de poedeira de descarte.

#### 3.3 Principais frigoríficos catarinenses que também abatem aves de descarte

Estima-se que em Santa Catarina, existam pelo menos 10 pequenos frigoríficos que abatem ou pretendem abater, inclusive, aves matrizes e poedeiras. A Tabela 4 mostra alguns dos pequenos abatedouros da região sul do Estado.

Tabela 4 – Pequenos abatedouros, inclusive, de aves de descarte da região sul catarinense

Razão social	Localidade	Capacidade instalada (aves/dia)
Frigorífico Wipper Ltda.	Grão Pará	18.000
Abatedouro Supremo Ltda.	Orlenas	10.000
Frigorífico Caverá Ltda.	Araranguá	8.000
Avícola Passarela Ltda.	Criciúma	3.000
Avícola Três Irmãos Ltda.	Criciúma	3.000
Avícola Fragninane Ltda.	Cocal do Sul	1.500

Fonte: Levantamento BRDE



No sul do Estado, há ainda a Granja Turatti Ltda., localizada em Sombrio, com capacidade instalada de 3000 mil aves dias, mas por enquanto não abate aves matrizes, mas tem interesse na atividade. Além destes, há também os abatedouros Polastro, em Joinville e, Santa Tereza, em Aurora. Por serem de pequeno porte, esses abatedouros são registrados apenas no Serviço de Inspeção Estadual.



## CONCLUSÕES

As análises das informações reunidas nesta breve nota apontam para as conclusões apresentadas a seguir:

Estima-se que o potencial de descartes de aves matrizes e de poedeiras no Estado é de 7,565 milhões de cabeças, em 2005 (630 mil cabeças/mês), podendo atingir 7,872 milhões de cabeças, no ano seguinte.

Considerando-se apenas o alojamento de matrizes de corte, obtém-se uma estimativa de descarte de 6,252 milhões de cabeças, em 2005, o que equivale a 521 mil cabeças por mês, valores muito próximos aos obtidos junto as maiores empresas avícolas do Estado (5,929 milhões de cabeças/ano ou 494 mil cabeças/mês).

Verificou-se que dos 5,9 milhões de aves matrizes descartadas por ano, em Santa Catarina, 4,4 milhões de cabeças são industrializadas pelos próprios frigoríficos das quatro maiores empresas, sendo vendidas para pequenos abatedouros de aves do Estado, que também adquirem aves poedeiras, apenas 1,5 milhão de matrizes por ano ou 125 mil cabeças por mês, ou ainda, 5.681 aves por dia (considerando-se 22 dias úteis por mês).

Somando-se a este valor a estimativa de descarte diário de 4.973 aves poedeiras (109 mil aves descartadas por mês dividido por 22 dias úteis), obtém-se um total de aproximadamente 10.654 aves descartadas por dia.

Supondo-se que as capacidades instaladas declaradas por alguns dos proprietários dos pequenos abatedouros da região sul do Estado estejam corretas, a quantidade de aves descartadas atualmente não é suficiente, sequer, para atender aos pequenos frigoríficos em funcionamento no Estado.

Entretanto, se a Sadia, a Perdigão, a Seara e a Aurora resolvessem vender as matrizes provenientes de seus alojamentos em Santa Catarina (cerca de 4,4 milhões de cabeças/ano), para abatedouros do Estado, o total de descarte diário de matrizes aumentaria em 16.666 cabeças.

Portanto, se este montante não for suficiente para atender completamente as necessidades de matérias-primas dos projetos em andamento, o financiamento destes pode comprometer os pequenos abatedouros já em funcionamento, que atualmente adquirem matrizes de descarte, principalmente das empresas avícolas da região oeste do Estado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA SUÍNOS E AVES. **Sistema de produção de frangos de corte**. 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 03 out 2005.

KONDAIAH, N; PANDA, B. **Processing and utilization of spent hens**. Worlds Poultry Science Journal, v. 48, p.225-268, 1992.

LAI, S. M. et. al. **Development and evaluation of a chicken breakfast sausage manufactured with mechanically deboned chicken meat**. Poultry Science, v. 76, n.2, p.415-421, 1997.

AJUYAH, A. O. et. al. **Yield, lipid, cholesterol, and fatty acid composition of spent hens fed full-fat oil seeds and fish meal diets**. Journal of food Science, v. 57, p. 338-341, 1992.



**ANEXO A – Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura Brasileira**

## PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AVICULTURA BRASILEIRA

**Documento preparado pela UBA e ABEF e consesado em Reunião Plenária da UBA realizada em São Paulo no dia 30 de junho de 2005.**

### ANTECEDENTES

Os surtos de *Influenza Aviária* ocorridos nos Estados Unidos e Chile em 2001 fizeram com que a avicultura brasileira entrasse em estado de alerta máximo para impedir a entrada da enfermidade em nosso país. A importação de material genético dos Estados afetados foi proibida e os cuidados nas fronteiras e nos aeroportos foram redobrados. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento—MAPA, elaborou um plano de emergência a partir de um material que havia sido preparado previamente por uma comissão criada pela UBA-União Brasileira de Avicultura. Em setembro de 2002, a UBA, juntamente com a ABEF—Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos e o Ministério da Agricultura, realizaram em Campinas um Workshop sobre Influenza Aviária, o qual foi operacionalizado pela FACTA—Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas. O evento foi ministrado por vários especialistas dos Estados Unidos, México, Chile e Brasil e contou com a presença maciça dos técnicos da área de defesa do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados. Foram discutidas na ocasião estratégias de ação para evitar a entrada da enfermidade no país e, para erradicá-la, caso ocorressem surtos entre nós.

Controlados os surtos nos Estados Unidos e no Chile, a avicultura brasileira se defrontou com novos desafios, causados desta vez pelos surtos de Doença de *Newcastle* nos Estados Unidos e de *Influenza Aviária* na Holanda e Bélgica. Novamente a UBA se mobilizou no sentido de alertar as autoridades e o setor de produção sobre as vulnerabilidades de nossa avicultura e sobre os riscos decorrentes da importação de material genético e insumos, bem como da visita de pessoas provenientes daqueles países. Os surtos da época serviram também para alertar o governo e o setor de produção sobre a necessidade premente da implementação das ações sugeridas pelo Conselho Consultivo do Plano Nacional de Sanidade Avícola, reunido em Brasília nos dias 22 e 23 de outubro de 2001, que eram as seguintes:

- Realizar um censo avícola brasileiro com a localização das granjas de matrizes, frangos de corte, perus, poedeiras, avestruzes e outras aves a fim de permitir a análise de risco nas diversas áreas geográficas de produção;
- Capacitar a rede de laboratórios oficiais e credenciados para a realização de provas de diagnóstico da enfermidade e produção de antígenos específicos;
- Realizar estudos a fim de avaliar a viabilidade da produção de vacinas no país, ou da criação de um banco de vacinas no exterior;
- Fortalecer os Grupos de Emergência (GEASE's) existentes nos Estados e organizar equipes regionais onde eles não existissem;
- Elaborar e implementar programas de treinamento para os GEASE's, bem como para os médicos veterinários oficiais do MAPA e das Secretarias de Agricultura dos Estados e da iniciativa privada;
- Divulgar amplamente o Plano de Emergência Sanitária para Doença de *Newcastle* e *Influenza Aviária* elaborado pelo MAPA a fim de orientar os médicos veterinários oficiais e privados sobre procedimentos a serem adotados para prevenção, diagnóstico e controle dessas enfermidades;
- Recomendar a criação de fundos específicos pelos Estados para indenização de produtores caso seja necessário o sacrifício de aves a fim de controlar focos, na eventualidade da entrada da doença no país.

No final de 2003 e início de 2004, novamente a avicultura brasileira foi surpreendida com o surgimento de inúmeros surtos de Influenza aviária na Ásia, com resultados catastróficos para a produção avícola de alguns países, como China, Tailândia, Vietnã, Indonésia e outros. Isso fez com que o MAPA convocasse uma reunião de emergência da Câmara Setorial de Milho, Sorgo, Suínos e Aves em Brasília, no dia 2 de fevereiro de 2004, quando foi criado um Comitê para analisar a situação e propor medidas emergenciais para reforçar as estruturas de defesa do país.

Dentre as medidas sugeridas na ocasião destacam-se a recomendação da instalação de detectores de material orgânico e incineradores nos aeroportos e portos internacionais e a suspensão de importação de material genético na forma de pintos, peruzinhos e avestruzes de um dia, permitindo-se apenas a entrada de material genético na forma de ovos férteis. Outra sugestão, aplicada imediatamente, foi a realização de treinamentos para os médicos veterinários privados e oficiais, o que culminou na realização de Seminários sobre *Influenza Aviária* e Doença de *Newcastle* em vários Estados brasileiros, numa parceria do MAPA e Secretarias de Agricultura com a UBA, ABEF e Associações Estaduais de Avicultura.

Paralelamente, o MAPA intensificou o trabalho de levantamento soro-epidemiológico dessas enfermidades na avicultura industrial incluindo mais alguns Estados da região nordeste no programa e ampliando o trabalho de monitoria em aves migratórias.

Como se observa, tanto o governo como a iniciativa privada procuraram realizar um trabalho de blindagem da avicultura brasileira para evitar a entrada do vírus em nosso país, bem como para equipar a rede de laboratórios oficiais e a estrutura de defesa do governo federal e dos Estados a fim de agilizar o diagnóstico e os trabalhos de eliminação de focos, caso eles venham a ocorrer no país.

Entretanto, tendo em vista que o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, chegou-se a conclusão de que o país precisava fazer algo mais para preservar essa condição. Foi quando se consolidou a idéia de implantar um Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura brasileira, a semelhança do existente para febre aftosa, em bovinos.

Várias reuniões foram realizadas com a participação de representantes da UBA, ABEF e MAPA para definir as bases do programa. A seguir, a UBA e a ABEF iniciaram uma série de reuniões com os Secretários de Agricultura de alguns Estados. Nessas reuniões estiveram presentes também representantes da área de defesa dos Estados e das Superintendências Federais de Agricultura, bem como das Associações Estaduais de Avicultura, afiliadas a UBA.

Uma vez obtido o consenso sobre a necessidade e a viabilidade do programa, foram realizadas três grandes reuniões para formatação final do programa. A primeira na sede da UBA, em São Paulo, no dia 21 de setembro de 2004 contou com a presença de representantes do setor de corte, postura e avestruz. As outras duas foram realizadas em Brasília, uma nos dias 13 e 14 de outubro e a outra nos dias 7 e 8 de dezembro de 2004. Nestas, os responsáveis pela área de defesa sanitária das Secretarias de Agricultura e das Superintendências Federais de Agricultura dos Estados, juntamente com a Coordenação do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA e o Conselho Consultivo do PNSA, definiram as bases do programa de regionalização e a infra-estrutura mínima para sua implementação.

Para finalizar esse ciclo de consultas, mais uma reunião foi convocada pela UBA no dia 23 de junho de 2005, em São Paulo, a fim de atender uma solicitação expressa da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA para que o setor privado encaminhasse uma proposta final e formatada do Programa de Regionalização, detalhando metas e cronogramas de implantação. Finalmente, esse documento, com pequenas alterações, foi aprovado na Reunião Plenária da UBA realizada em São Paulo no dia 30 de junho de 2005.

#### JUSTIFICATIVAS PARA A REGIONALIZAÇÃO

Na eventualidade da ocorrência de um surto de Doença de Newcastle ou Influenza Aviária em nosso país, haverá um impacto econômico muito grande na avicultura brasileira, devido a:

- Sacrifício de aves na região do foco e perifoco;
- Lucro cessante com o seqüestro de carcaças e produtos nos abatedouros e portos;
- Lucro cessante com o despovoamento e a impossibilidade de alojamento de aves;
- Perdas com o não cumprimento de contratos de exportação;
- Queda no preço da carne de frango no mercado interno com a diminuição no consumo e o excesso de oferta pela impossibilidade de exportar.

Além disso, haverá um impacto social e político devido a:

- Repercussão na mídia sobre o sacrifício de aves;
- Preocupação com o bem estar animal;
- Temores relacionados com a saúde pública;
- Mudanças na rotina da população da região do foco;
- Desgaste político do governo devido a necessidade de implantação de medidas duras de contenção e eliminação de focos e de manutenção da credibilidade do país perante a comunidade internacional.

Com a implementação de um programa de regionalização, pelo menos o impacto econômico poderá ser minimizado, uma vez que a organização da produção avícola por Estado e/ou Regiões tem como objetivo:

- Criar condições para caso uma doença infecto-contagiosa se estabeleça em um Estado ou Região, a mesma fique restrita aquele Estado ou Região, preservando os plantéis existentes em outros Estados e Regiões;
- O conjunto de medidas a serem implementadas para minimizar a possibilidade de a doença passar de uma região para outra serão fundamentais para que os mercados internacionais reconheçam que estamos realmente frente a regiões sanitariamente distintas, preservando com isso o mercado internacional a partir dos Estados ou Regiões não afetadas ou comprometidas pela doença.

### O QUE É A REGIONALIZAÇÃO

São procedimentos aplicados por um país, de conformidade com as disposições do Capítulo 1.3.5 do Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE-Organização Mundial de Saúde Animal, a fim de definir no seu território áreas geográficas com diferentes status zoonosológico para efeito de comércio internacional e de acordo com as recomendações formuladas nos capítulos pertinentes do mencionado Código. A OIE estabelece alguns pré-requisitos para a implantação de um programa de regionalização, a saber:

- As condições requeridas para preservar o status sanitário de uma região devem ser as apropriadas para a doença considerada e dependerão da epidemiologia da doença, dos fatores meio-ambientais e das medidas de vigilância e controle que possam ser aplicadas;
- A extensão e os limites de uma região serão determinados pela Administração Veterinária com base em fronteiras naturais, artificiais ou legais e serão divulgados pela via oficial;
- Uma vez definidas, as regiões constituem as unidades geográficas adequadas para a aplicação das recomendações que figuram na Parte 2a. do Código Terrestre da OIE.

Até o momento, a OIE tem programas de regionalização apenas para febre aftosa e peste bovina. Quanto a doenças de aves, a reunião geral da OIE realizada em maio de 2005, em Paris, aprovou uma proposta de **compartimentalização**, a qual difere bastante do programa de regionalização da aftosa, tendo em vista que:

- A OIE define região como uma parte claramente definida de um país, enquanto que compartimento seria um ou mais estabelecimentos sob um mesmo sistema de biossegurança claramente definido;
- O compartimento deverá conter uma sub-população animal com um status sanitário definido com relação a uma enfermidade específica a qual tenham sido aplicadas medidas de vigilância, controle e biossegurança por motivo de comércio internacional;
- A extensão de uma zona é estabelecida com base em fronteiras naturais, artificiais ou legais, enquanto que para um compartimento as fronteiras são estabelecidas com base em práticas de manejo relacionadas com a biossegurança.

A implementação do Programa de Regionalização não impedirá que as empresas solicitem ao MAPA seu credenciamento como empresa compartimentalizada, caso esse programa da OIE venha ser implementado futuramente no Brasil.

## PRÉ-REQUISITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO

Para que um Estado ou bloco de Estados entre no programa de regionalização, deverá atender os seguintes pré-requisitos:

- Possuir cadastro eletrônico e georeferenciado de todas as propriedades avícolas comerciais do Estado até 31 de dezembro de 2005 para os Estados do RS, SC, PR, SP e MG, até 31 de dezembro de 2006 para os Estados de MS/MT/GO/DF e até 31 de dezembro de 2007 para os demais Estados.
- Ter todas as granjas de matrizes, avós, bisavós e de pedigree registradas, e monitoradas pelo MAPA, de acordo com a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2005 e certificadas até 30 de junho de 2006, para os Estados do RS, SC, PR, SP e MG, registradas e certificadas até 31 de dezembro de 2006 para os Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 para os demais Estados. A presença de *Mycoplasma Sinoviae* em lotes de matrizes não será uma limitante para circulação nacional, mas tão somente para exportação, conforme previsto na legislação em vigor;
- Implementar programas eficazes de fiscalização nas fronteiras estaduais com a definição de corredores de trânsito de aves vivas e produtos bem como o estabelecimento de postos de controle nas divisas entre os Estados até 31 de dezembro de 2005 para os Estados do RS, SC, PR, SP e MG, até 31 de dezembro de 2006 para os Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 para os demais;
- As empresas produtoras de frangas recriadas deverão estar registradas e monitoradas pelo MAPA até 31 de dezembro de 2005 e certificadas para as enfermidades previstas no PNSA até 30 de junho de 2006, nos Estados do RS, SC e PR, até 30 de junho de 2006 para os Estados de São Paulo e MG, até 31 de dezembro de 2006 para os Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 para os demais;
- Implementar programas de vigilância e seguimento epidemiológico contínuo a nível estadual, de acordo com as normas da OIE e do MAPA, a fim de demonstrar a condição de “livre de Newcastle e Influenza Aviária”, até 31 de dezembro de 2005 nos Estados do RS, SC, PR, SP e MG, até 31 de dezembro de 2006 nos Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 nos demais;
- Possuir um Grupo Especial de Assistência de Suspeita de Doenças Exóticas – GEASE até 31 de dezembro de 2005 nos Estados do RS, SC, PR, SP e MG, até 31 de dezembro de 2006 nos Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 nos demais;
- Possuir um quadro de profissionais, públicos e privados, devidamente capacitados para identificar e atuar na prevenção e controle dessas enfermidades;
- Implementar programas permanentes de auditoria do sistema de controle no Estado, até 31 de dezembro de 2005 nos Estados do RS, SC, PR, SP e MG, até 31 de dezembro de 2006 nos Estados de MS, MT, GO e DF e até 31 de dezembro de 2007 nos demais;

A nível nacional, algumas ações deverão ser implementadas, tais como:

- O Ministério da Agricultura deverá implantar um GTA específico para aves e rever os critérios de credenciamento de veterinários. O GTA para aves de descarte somente poderá ser emitido por veterinário oficial e o sacrifício dessas aves deverá ser devidamente comprovado no abatedouro de destino;
- O MAPA deverá implementar metodologias mais rápidas e modernas para o diagnóstico de *Influenza Aviária* e Doença de *Newcastle*, bem como credenciar laboratórios regionais para monitoramento sorológico e realizar convênios com laboratórios de Universidades e Instituições de Pesquisa para a utilização de métodos de diagnósticos através de técnicas moleculares;

- Alterar, adequar e implementar a legislação do PNSA dotando o governo de instrumentos legais que permitam a implementação do Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura Brasileira até 31 de dezembro de 2005 em sua primeira fase, ou seja, nos Estados de RS, SC, PR, SP e MG.
- Dotações de recursos específicos para implementação do Programa de Regionalização deverão ser feitas pelo MAPA e pelas Secretarias de Agricultura dos Estados.

### CRITÉRIOS DE TRÂNSITO DE AVES E PRODUTOS

Os critérios para trânsito de aves vivas e produtos avícolas entre as regiões, foram definidos conforme consta do Quadro 1. Para a caracterização plena da existência desses critérios no Estado e/ou Bloco de Estados, alguns pontos devem ficar bem definidos, a saber:

- Os corredores de trânsito e os postos de fiscalização serão implementados a partir de uma definição por parte do MAPA, de comum acordo com os órgãos executores do PNSA, nos Estados;
- Todas as granjas de matrizes, avós, bisavós e de pedigree deverão estar obrigatoriamente registradas, monitoradas e certificadas pelo PNSA, independentemente do trânsito interestadual ou interregional dos produtos. Ou seja, mesmo aquelas empresas que produzirem material genético apenas para uso interno dentro do Estado e/ou Bloco de Estados deverão ter suas granjas monitoradas e certificadas pelo MAPA, de acordo com a legislação em vigor;
- A monitoria sorológica para *Influenza Aviária* e Doença de *Newcastle*, quando feita pelo órgão executor e/ou pelas empresas, obedecerá os critérios estabelecidos previamente pelo MAPA, tanto no referente a tamanho de amostras e metodologia de análise como a utilização de laboratórios especialmente credenciados para tal fim. Entretanto, todo e qualquer trabalho relacionado com o isolamento e tipificação de vírus dessas enfermidades continuará sendo realizado pelo LANAGRO ou outro laboratório oficial que venha a ser definido pelo MAPA;
- No caso específico de ovos para consumo, os mesmos somente poderão circular entre Estados e/ou Blocos de Estados, desde que sejam acompanhados dos certificados específicos do DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) e que as embalagens (bandejas e caixas) sejam novas e não reutilizáveis, no caso de embalagens de papelão e/ou material similar. Bandejas e caixas plásticas reutilizáveis poderão ser utilizadas desde que devidamente limpas e desinfetadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo DIPOA;
- Com a implantação do programa de regionalização, ficará proibido o trânsito de avestruzes para abate. Isso trará como consequência imediata a necessidade da estruturação do setor com a construção de abatedouros dentro dos Estados e ou regiões, para abater essas aves, naqueles Estados que ainda não os possuem. O impacto dessa medida não deve ser muito grande uma vez que essas aves não podem ser transportadas por distâncias longas, devido ao estresse.
- Quanto aos reprodutores, os mesmos poderão transitar entre Estados e/ou Blocos de Estados, pelos corredores de trânsito, mas as exigências quanto a testes e atestados sanitários serão definidas oportunamente pelo MAPA. Obviamente, as aves deverão proceder de criatórios registrados e controlados pelo PNSA.

### DEFINIÇÃO DAS REGIÕES E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

O Programa de Regionalização da Avicultura brasileira deverá ser misto, ou seja, por Estado nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Nas demais regiões, serão estabelecidas regiões constituídas por Estados individualmente ou Blocos de Estados. A definição final desses blocos será feita nos próximos meses, uma vez que alguns Estados das regiões Norte e Nordeste preferem ficar isolados, justificando que eles têm condições sanitárias e de produção adequadas que permitem que os mesmos atendam os pré-requisitos do programa.

Em reunião realizada na sede da UBA, em São Paulo, no dia 30/06/05, os representantes do setor privado, decidiram propor um cronograma de implantação dividido em três etapas, a saber;

### **Primeira Etapa**

Os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, deverão implementar o programa de regionalização a partir de 01/01/06, com as restrições de trânsito de aves e produtos definidos no Quadro 1, com exceção do item “frangas recriadas” e “aves para abate e de descarte” que, para o caso dos Estados de São Paulo e Minas Gerais o prazo de implantação será prorrogado para 30/06/2006.

### **Segunda Etapa**

- Os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal devem implementar o programa de regionalização até 31 de dezembro de 2006.

### **Terceira Etapa**

- Os demais Estados e/ou Blocos de Estados, deverão implementar o programa até 31 de dezembro de 2007.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil tem procurado nos últimos quatro anos estruturar seu sistema de defesa sanitária animal a fim de dar sustentação a condição de maior exportador de carne de aves e de bovinos. Entretanto, algumas condições geográficas, como o tamanho da fronteira com os países vizinhos e as disparidades regionais tem dificultado algumas ações, trazendo contratempos para o país no mercado internacional como foi o caso dos surtos recentes de aftosa nos Estados do Amazonas e Pará.

Portanto, regionalizar a avicultura poderá ser a única maneira de manter o país exportando com qualidade e competitividade, uma vez que não é justo perder mercados devido a um surto de uma doença da ex-lista A da OIE em algum rincão deste país continental, pois até o momento não se sabe como será a aceitação por parte dos países importadores do programa de compartimentalização da OIE.

Mas, caso o Programa de Compartimentalização da OIE, seja implementado, a UBA e a ABRE sugerem que o Programa de Regionalização seja mantido. O Setor privado entende que “regionalizar” o Brasil, significará um avanço no controle das doenças aviárias, pela otimização que promoverá no sistema de trânsito de aves e de defesa sanitária dos Estados. Além disso, esse programa forçará a implantação do PNSA em sua totalidade nos Estados e a manutenção de um alto nível de sanidade a fim de garantir suas permanências e usufruir das vantagens do Programa de Regionalização. O Brasil soube implantar um sistema de produção avícola eficiente e competitivo e agora está na hora do país dar mais um passo a frente para consolidar a posição de maior exportador mundial de carne de aves

São Paulo, 11 de julho de 2005.

Zoé Silveira d'Ávila  
Presidente da UBA

José Augusto Lima de Sá  
Presidente da ABEF

Ariel Antonio Mendes  
Vice Presidente Técnico Científico da UBA

**Quadro 1. Critérios para trânsito interestadual de aves e produtos avícolas e cronograma de implementação**

Item	Tipo de Produto e/ou Atividade	Proposta	Cronograma	Estados
1	Ovos férteis e pintos de Material Genético (aves de pedigree, bisavós, avós e matrizes de um dia)	Permitir o trânsito interestadual acompanhado dos certificados sanitários oficiais que atestem que as aves são provenientes de granjas registradas e certificadas pelo PNSA e que o plantel de origem foi testado para doença de <i>Newcastle</i> e <i>Influenza Aviária</i> nos últimos noventa dias.	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
2	Ovos férteis e aves comerciais de um dia (corte e postura) inclui galinhas, perus, patos, codornas, galinha de angola e outros	Permitir o trânsito interestadual desde que a carga seja acompanhada de certificados oficiais que atestem que as aves são provenientes de granjas registradas e certificadas pelo PNSA e que o plantel de origem foi testado para doença de <i>Newcastle</i> e <i>Influenza Aviária</i> nos últimos noventa dias.	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
3.	Ovos férteis e filhotes com no máximo 90 dias de idade para reprodução e para criação comercial de avestruzes e emas	Permitir o trânsito interestadual desde que a carga seja acompanhada de certificados oficiais que atestem que as aves são provenientes de criatórios registrados e certificados pelo PNSA e que o plantel de origem foi testado para doença de <i>Newcastle</i> e <i>Influenza Aviária</i> nos últimos noventa dias	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
4	Frangas matrizes e frangas de postura comercial recriadas	Permitir o trânsito interestadual acompanhado dos certificados sanitários oficiais que atestem que as aves são provenientes de granjas registradas e certificadas pelo PNSA e que o plantel de origem foi testado para doença de <i>Newcastle</i> e <i>Influenza Aviária</i> nos últimos noventa dias.	Até 31/12/2005 Até 30/06/2006 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
5	Ovos de consumo e carne de aves	Seguir regulamentação do DIPOA	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
6	Aves destinadas para abate (aves de corte ou descarte).	Proibir o trânsito	Até 31/12/2005 Até 30/06/2006 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
7	Esterco; cama de aviário; resíduo de incubatório;	Proibido o transito interestadual a partir de 01 de janeiro de 2006 para os estados RS,SC, PR, SP e MG, a partir de 1	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF

Item	Tipo de Produto e/ou Atividade	Proposta	Cronograma	Estados
	Vísceras in natura	de janeiro de 2007 para os Estados de MS/MT/GO/DF e a partir de 1 de janeiro de 2008 para os demais Estados	Até 31/12/2007	Demais Estados
8	Cadastramento de granjas	Fazer o cadastro georeferenciado de granjas todas as granjas de reprodução e de produção comercial de acordo com modelo e programa estabelecido pelo MAPA	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
9	Formação de GEASE	Criação de GEASE no Estado para atuar em emergência sanitária	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
10	Sorologia no Estado para <i>Influenza Aviária</i> e doença de <i>Newcastle</i>	O MAPA e o Serviço Oficial dos Estados deverão implementar estrutura laboratorial (credenciamento de laboratórios) para a realização monitoria sorológica para <i>Influenza Aviária</i> e doença <i>Newcastle</i>	Até 31/12/2005 Até 31/12/2006 Até 31/12/2007	RS/SC/PR/SP/MG MS/MT/GO/DF Demais Estados
11	Aumentar imediatamente a capacidade de diagnóstico	Dotar de metodologias mais rápidas e modernas; credenciar laboratórios regionais para monitoramento sorológico. Buscar convênios com laboratórios de Universidades ou outros para utilização de métodos de diagnósticos através de técnicas moleculares.	Imediato	Todos os Estados

#### PONTOS ADICIONAIS E CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICA

1. A adequação e implementação da legislação do PNSA visando dar suporte legal para as regras do Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura Brasileira deverá ser feita até 31 de dezembro de 2005.
2. A implantação do Guia de Trânsito Animal específico para aves deverá ser implementado para todo o país até 31 de dezembro de 2005.
3. O cronograma de adesão ao Programa de Regionalização terá três etapas, a saber:
  - **Primeira etapa:** a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2006 para os Estados do RS, SC, PR, SP e MG. Os estados de São Paulo e Minas Gerais terão a circulação de aves de recria, aves de descarte e aves para abate tolerado a até 30 de junho de 2006.
  - **Segunda etapa:** Para os demais Estados declarados livres da Doença *de Newcastle* : MS, MT, GO, e DF, a implantação do programa se dará até 31 de dezembro de 2006.
  - **Terceira etapa:** Para os demais Estados: RJ, ES, BA, SE, AL, PE, CE, PI, MA, PA, AM, RO, AP, RR, RN, AC, PB, TO, a implementação do programa será feita até 31 de dezembro de 2007.

